Parecer nº 022/2011-ATEC. Processo Administrativo nº 124/2010-ATEC. Processo de Gestão Contratual nº 186/2007-DILI. Contrato nº 04.026.10.2007. Contratada: CAPTAR SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA. (CNPJ 02.590.700/0001-09). Decisão: a Diretoria-Geral do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, em juízo de retratação, manteve a condenação da Contratada à pena de multa, nos termos do art. 109, § 4º, da Lei nº 8.666/93, com o recebimento do recurso administrativo interposto em seu efeito devolutivo, em consonância ao previsto no art. 109, § 2º, da Lei nº 8.666/93 e art. 61 da Lei nº 9.784/99. Determinou-se, ainda, na oportunidade, a remessa dos autos ao Egrégio Conselho de Administração, após cumpridas as medidas atinentes à retenção cautelar do montante correspondente à multa e ao desconto do valor devido à Contratada pela inexistência de prestação dos serviços de limpeza em área equivalente a 1.650 m², a ocorrer no próximo faturamento.

Parecer nº 023/2011-ATEC. Processo Administrativo nº 141/2010-ATEC. Processo de Gestão Contratual nº 021/2010-DILI. Ata de Registro de Preços nº 12.002.10.2010. Requisição de Compras/Serviços (RCS) nº 0323/10. Fornecedora: M.P.L COMÉRCIO DE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA ME (CNPJ 08.209.211/0001-40). Decisão: a Diretoria-Geral do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, diante da presença de indícios do cometimento de falta contratual, e constatada a recusa da Fornecedora em cumprir o próprio objeto licitado por meio do Pregão Eletrônico nº 008/2010-RP, a revelar eventual intenção de abandonar a contratação, conferiu o prazo de cinco dias úteis para a apresentação de defesa prévia e de manifestação sobre o possível cancelamento da Ata de Registro de Preços nº 12.002.10.2010, em cumprimento aos princípios do contraditório e da ampla defesa, e na conformidade do disposto no art. 87, § 2º, e art. 78, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, combinado este último com o art. 13, § 1º, do Decreto nº 3.931/2001.

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

PUBLICAÇÕES ADMINISTRATIVAS

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO

DIRETORIA DO FORO

PORTARIA N. 009, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2011

Suspende o atendimento ao público externo na Seção de Expedição de Certidões - Central de Certidões, localizada à Rua José Bonifácio - Capital.

O DOUTOR CARLOS ALBERTO LOVERRA, JUIZ FEDERAL DIRETOR DO FORO E CORREGEDOR PERMANENTE DOS SERVIÇOS AUXILIARES DA JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e regulamentares,

CONSIDERANDO a mudança da Sede Administrativa desta Seção Judiciária para a Alameda Rio Claro, o que prejudicará a emissão de Certidão de Distribuição pela Seção de Expedição de Certidões - Central de Certidões,

CONSIDERANDO o número diário de atendimentos realizados ao público externo na respectiva Unidade,

RESOLVE:

Art. 1º Suspender o atendimento ao público externo na Seção de Expedição de Certidões - Central de Certidões, localizada à Rua José Bonifácio nº 237, a partir das 13h do dia 11 e no dia 14 de fevereiro de 2011.

Parágrafo Único. Casos excepcionais deverão ser submetidos à apreciação da Diretoria do Foro.

Art. 2º Determinar que o Núcleo de Apoio Judiciário dê amplo conhecimento desta medida, bem assim informe que, a partir do dia 15 de fevereiro próximo, o atendimento ao público externo será realizado à Alameda Rio Claro, nº 241, 10º andar, nesta Capital.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

CARLOS ALBERTO LOVERRA
JUIZ FEDERAL DIRETOR DO FORO

DESPACHO PROFERIDO PELO MM. JUIZ FEDERAL DIRETOR DO FORO EM PROCESSO DO NUCLEO DE ADMINISTRAÇÃO FUNCIONAL - SEÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES :

Processo nº 10137/2009-NUAF

Interessada : ANNITA ZELI TAVEIRA JACINTHO - RF. 3485 Assunto: ABONO DE PERMANÊNCIA

Fls.10

De acordo com a informação de fls. 08/09 e manifestação supra, defiro o pagamento do Abono de Permanência, nos termos do artigo 40, parágrafo 19 da Constituição Federal e artigo 7º da Lei n.º 10.887/2004, a partir de 17.05.2005, nos seguintes termos;a) quanto ao período de 17.05.2005 a 31.12.2010, autorizo o pagamento, por exercícios findos;

b) a partir de 01.01.2011, autorizo o pagamento em folha normal. Ao NUAF, para as providências cabíveis e após, ao Núcleo de Folha de Pagamento e Núcleo de Controle Interno.PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE.

São Paulo, 01 de fevereiro de 2011.

Carlos Alberto Loverra
Juiz Federal Diretor do Foro

DESPACHO PROFERIDO PELO MM. JUIZ FEDERAL DIRETOR DO FORO EM PROCESSO DO NUCLEO DE ADMINISTRAÇÃO FUNCIONAL - SEÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES :

Processo nº 00816/2010-NUAF

Interessada : LUCIA MARIA DOS SANTOS - RF. 2527 Assunto: ABONO DE PERMANÊNCIA

Fls.16

De acordo com a informação de fls. 15, e a manifestação supra, indefiro o pedido de Abono de Permanência previsto na Emenda Constitucional n 41/03, regulamentada pela Lei nº 10.887/2004.Dê-se ciência a servidora que a protocolização de novo requerimento deverá ser ulterior à regularização da averbação de tempo de serviço.Ao NUAF, para as providências cabíveis. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE.

São Paulo, 01 de fevereiro de 2011.

Carlos Alberto Loverra
Juiz Federal Diretor do Foro

DESPACHO PROFERIDO PELO MM. JUIZ FEDERAL DIRETOR DO FORO EM PROCESSO DO NÚCLEO DE ADMINISTRAÇÃO FUNCIONAL - SEÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES:

Processo nº 00823/2011-NUAF

Interessada: LUCIANA SUZY PALERMO SAMAHA - irmã (terceiro)(servidora falecida LUCIANA CLAUDIA PALERMO-RF. 1997)

Assunto: Auxílio Funeral

Fls. 10.

De acordo com a informação de fls. 09 e a manifestação supra, defiro o pedido, pagando-se o Auxílio Funeral a Sra. Luciana Suzy Palermo Samaha, no valor de R\$ 1.900,95 (mil e novecentos reais e noventa e cinco centavos), referente à despesa constante de documentos, às fls. 03/06, observando-se o limite do provento da servidora no mês do óbito, nos termos dos artigos 226, parágrafo 3º e 227 da Lei nº 8112/90 e artigos 28 e 29 da Resolução nº 002/CJF-Brasília, de 20.02.2008.

Ao NUAF, para as providências cabíveis.Publique-se. Registre-se.

São Paulo, 01 de fevereiro de 2011.

Carlos Alberto Loverra
Juiz Federal Diretor do Foro

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

PORTARIA 026/11 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA / NULC

O Bel. OSCAR PAULINO DOS ANJOS DIRETOR DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA DA JUSTIÇA